

BOLETIM INFORMATIVO 10/2015

VOCÊ SABIA?

Garçonete receberá R\$ 80 mil por ter de vender vodka adulterada a clientes. A ex-garçonete de uma casa noturna receberá R\$ 80 mil de indenização, a título de danos morais, por ter de vender água e vodka adulteradas a clientes. A decisão é do juiz do Trabalho Paulo André Cardoso Botto Jacon, da 6ª vara de Florianópolis/SC. <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI228583,51045-Garconete+recebera+R+80+mil+por+ter+de+vender+vodka+adultera+da+a>

É crime importar arma de ar comprimido ou de pressão sem autorização do Exército. O uso de armas de ar comprimido de calibre inferior a seis milímetros é permitido no país, mas seu ingresso no território brasileiro sem autorização prévia é crime de contrabando. Esse é o entendimento da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão ocorreu no julgamento de recurso do Ministério Público Federal (MPF) contra decisão que aplicou o princípio da insignificância para absolver um homem denunciado pelo crime de contrabando por importar uma única arma de pressão. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/%C3%89-crime-importar-arma-de-ar-comprimido-ou-de-press%C3%A3o-sem-autoriza%C3%A7%C3%A3o-do-Ex%C3%A9rcito

JURISPRUDENCIA

É válida notificação extrajudicial no interesse de retomada de imóvel em parceria agrícola. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, negou recurso especial no qual um agricultor pretendia manter parceria agrícola para produção de arroz firmado com os donos da terra, seus pais. Com a morte do genitor, coube à irmã dele, por herança, fração das terras. Ela entrou na Justiça para ter direito de assumir a propriedade e ganhou. A Justiça local reconheceu o direito de posse da irmã, tendo em vista que o contrato de parceria agrícola firmado entre os pais e o irmão não fora renovado e que o mesmo contrato findou com o término do prazo estabelecido de 20 safras, nele previsto. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/%C3%89-v%C3%A1lida-notifica%C3%A7%C3%A3o-extrajudicial-no-interesse-de-retomada-de-im%C3%B3vel-em-parceria-agr%C3%ADcola

PROJETOS DE LEI

Comissão aprova direito de proteção de dados de crianças e adolescentes na internet. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou proposta que inclui capítulo no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) garantindo o direito de proteção dos dados de crianças e adolescentes na internet. O texto aprovado é o Projeto de Lei 1746/15, do deputado Giovani Cherini (PDT-RS), com emendas do relator, deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), que emitiu parecer favorável à proposta. http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=visualiza_noticia&id_caderno=32&id_noticia=134918

Direitos Humanos aprova aumento de pena para ato racista em eventos esportivos. A Comissão de Direitos Humanos e Minoria aprovou na quarta-feira (21) proposta que amplia a pena para crime de injúria com elementos de discriminação por raça, cor, etnia, religião, origem, idade ou deficiência praticada em eventos esportivos. Pelo texto aprovado na comissão, a pena será de 2 a 6 anos de reclusão, com pagamento de multa e afastamento de eventos esportivos de 3 meses a 3 anos. A punição não se aplica apenas para atos dentro dos estádios, ginásios ou complexos esportivos, se estendendo para um raio de cinco quilômetros no entorno do local, ou no trajeto de ida e volta. O agravamento de pena para injúria em eventos esportivos foi acrescentado ao Código Penal (Decreto-lei 2.848/40), que já estabelece pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa para injúria com base em discriminação. http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=visualiza_noticia&id_caderno=32&id_noticia=135194

ATIVIDADES BINI ADVOGADOS

BINI Advogados participa de curso em SP sobre a Reforma da Lei de Arbitragem. Uma importante área do direito para solução de conflitos. Alguns dos temas tratados foram: A prática da arbitragem doméstica e internacional no Brasil, Os porquês, as bases e os propósitos da reforma, Regulamentos arbitrais e as "listas fechadas" das instituições, Carta arbitral e cooperação com o Poder Judiciário, Cláusula arbitral em estatutos sociais: o direito de retirada como solução. Como a arbitragem deve ser vista pelo empresário e pelo advogado nos próximos anos. Dra. Fernanda Bazanelli Bini, advogada especialista em direito desportivo do escritório BINI Advogados esteve presente no evento. Veja a notícia completa em: http://www.biniadvogados.adv.br/?page_id=1870

Em parceria com o escritório BINI Advogados, Dr. Fabiano Vidal foi um dos palestrantes no evento "Café da Manhã com Especialistas", Tax & Law – O sucesso das empresas na recuperação de ativos financeiros tributários em tempos de crise. O evento foi uma conversa com especialistas da área tributária onde, de modo claro e objetivo, discutiram sobre as perdas que as empresas sofrem por não realizarem a Revisão Fiscal de suas operações, e quais as possibilidades de recuperação dessas perdas com um ambiente de "Compliance Fiscal". Dr. Claudio Bini, advogado do escritório BINI Advogados esteve presente no evento. http://www.biniadvogados.adv.br/?page_id=1875

Obrigado por nos prestigiar e nos colocamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos, críticas e sugestões.

ATÉ A PRÓXIMA!